



1 Ata de número 081 (oitenta e um) da Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Defesa  
2 dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Duque de Caxias – CMPD, realizada no dia 10  
3 (dez) de Julho de 2023, iniciada às 14h, no Complexo de Assistência Social - Juíza Olímpia  
4 Rosa Lemos, Duque de Caxias, Rio de Janeiro. O Presidente Sr. Jocélio de Oliveira  
5 (Deficiência Física), realizou a primeira chamada, como não havia quórum, estabeleceu uma  
6 segunda chamada, para as 14:30h, conforme Art. 20 do Regimento Interno, sendo então  
7 iniciada com a presença dos seguintes Conselheiros:

Presidente JOCÉLIO DE OLIVEIRA	DEFICIÊNCIA FÍSICA	SOCIEDADE CIVIL
JUSSARA BRAZ DE OLIVEIRA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	GOVERNAMENTAL
MADALENA V. LECHUGA DE MELLO	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	GOVERNAMENTAL
REGINA CÉLIA DOS SANTOS LIMA BESSA - suplente	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	GOVERNAMENTAL
DAVID DE LIMA MOREIRA	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	GOVERNAMENTAL
HUMBERTO VIANA	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO	GOVERNAMENTAL
CHARLES DE SOUZA	DEFICIÊNCIA VISUAL	SOCIEDADE CIVIL
ROSEANE GONÇALVES DOS S. MESQUITA	INSTITUTO LIONS AMA XERÉM/DC DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	SOCIEDADE CIVIL
TERESA CRISTINA OLIVEIRA S. LEITE - suplente	INSTITUTO LIONS AMA XERÉM/DC DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL	SOCIEDADE CIVIL
MIENA SILVA DE SOUZA	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE DUQUE DE CAXIAS	SOCIEDADE CIVIL
ELAINE RAMOS DOS ANJOS BANDEIRA	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	SOCIEDADE CIVIL

8 Sendo justificadas as ausências dos Conselheiros(a): Carlos Alberto da Silva (Secretaria  
9 Municipal de Transportes e Serviços Públicos), Ani Keila Teixeira Sales (Estomia),  
10 Recebemos a visita do Sr. Fernando Damaceno (Instituto Rosa Reviver). **ASSUNTOS A**  
11 **SEREM DELIBERADOS:** 1- Votação para aprovação da ATA de Junho; 2- Apresentação  
12 da prestação de contas; 3- Aprovação do Ckeek list para as visitas Institucionais; 4- Leitura da  
13 denúncia dos Ostomizados; 5- Leitura da denúncia da Empresa de Transporte Trel; 6- Leitura  
14 da denúncia da Auto Viação Reginas; 7- Ofício Eletrônico do Ministério Público (para ciência  
15 e manifestação – Plano Estadual da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência); 8- V  
16 Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Presidente Jocélio de  
17 Oliveira, iniciou a Assembleia Ordinária agradecendo a todos que participaram direta ou  
18 indiretamente na Ação em Alusão a comemoração a Lei Brasileira de Inclusão nº 1.146/15.  
19 Em seguida solicitou aprovação a Ata de Junho, sendo aprovada com a abstenção do  
20 conselheiro Charles de Souza. Indagando sobre a resposta a ser dada ao Ministério Público  
21 referente ao Ofício Eletrônico sobre o atendimento nos equipamentos da Prefeitura de Duque  
22 de Caxias, voltados para as pessoas com deficiências que estariam funcionando a “todo vapor”,  
23 informando o recebimento de um Relatório elaborado pela Presidente da Associação Estadual  
24 de Pessoas com Ostomia do Rio de Janeiro – AEPORJ, Sra. Richelly Galdino e a conselheira  
25 Sra. Ani Keila que realizaram uma visita ao CER IV e observaram inadequações em relação  
26 ao atendimento. O Presidente solicitou a leitura do relatório que contém o seguinte texto: “  
27 No dia 23 de Junho de 2023 aproximadamente às 11:00 am a presidente da AEPORJ Richelly  
28 Galdino e a conselheira Ani Keila esteve em vistoria no Município de Duque de Caxias no  
29 pólo de atendimento as pessoas com estomias atendendo as diversas reclamações dos



30 pacientes usuários da região. Fomos recebidos pela técnica de enfermagem de nome Andréia  
31 cordialmente, nos foi passado que a enfermeira responsável de nome Vanisse não se  
32 encontrava no pólo e nem a enfermeira Daniela, no momento estão fazendo rodízio  
33 semanalmente (cobrindo folgas) sem data certa para a responsável está presente. O  
34 quantitativo de pacientes registrado no pólo é de 841, lista desatualizada sem saber o  
35 quantitativo de pacientes que fizeram a cirurgia de reversão ou falecimentos. Foi-nós passado  
36 que o pólo está abastecido com várias opções de material. Contudo, o pólo não tem telefone  
37 para informações, só atende pacientes com estomias de eliminação, a unidade atende a  
38 atenção básica às pessoas ostomizadas conforme a portaria 400 de Nov/ 2009 apenas o § 1º,  
39 não foi informado se a unidade promove ações de atenção básica, não foi informado se a  
40 estabelece fluxo e mecanismo de referência e contrarreferência para a assistência às pessoas  
41 com estomia na atenção básica, média complexidade e alta complexidade, inclusive ao  
42 encaminhamento para cirurgia de reversão de estomias nas unidades hospitalares, não foi  
43 informado se a unidade efetua o acompanhamento dos pacientes, não tem controle e avaliação  
44 que permite garantir o adequado desenvolvimento ao paciente, não foi informado se a unidade  
45 promove a educação, reunião ou palestras permanente para capacitação de profissionais da  
46 saúde ou atendentes para o atendimento direto com o paciente ostomizado, nos foi passado  
47 que a unidade atualiza seus cadastros de pacientes de (4 em 4 meses), a unidade tem técnico  
48 de enfermagem, enfermeiro e estomoterapeuta, a unidade não tem grupo de apoio, a unidade  
49 não realiza o encaminhamento necessário quando detectado quaisquer intercorrência com o  
50 paciente, das instalações físicas esta unidade não dispõe de sala adequada para atendimento ao  
51 paciente como recomenda a Portaria 400, não tem sala para reuniões de grupo de apoio. Não  
52 tivemos acesso ao local adequado para estoque dos equipamentos coletores e adjuvantes de  
53 proteção que atende as normas vigentes para acondicionamento de medicamentos, CEME  
54 1990, Portaria nº 2.043 d Dezembro de 1994, Portaria 2.661MS/SNVS de 20 de Dezembro de  
55 1995 e Resolução RDC Nº 59 de 27 de Junho 2000, dos recursos humanos como recomenda a  
56 Portaria 400 de 16 de Novembro de 2009, não foi informado para a AEPORJ se tem  
57 atendimento com médico clínico ou proctologista ou urologista ou gastroenterologista ou  
58 cirurgião geral ou cirurgião pediátrico ou cancerologista ou cirurgião de cabeça e pescoço,  
59 psicólogo, assistente sócia, nutricionista, a unidade não tem atendimento de grupo para  
60 orientação, atividades educacionais em saúde e vida diária com o paciente, familiar, curador  
61 focando na inclusão das pessoas com estoma no âmbito familiar e social. Por fim a unidade  
62 não tem banheiro sanitário para os pacientes ostomizados caso haja a necessidade de troca ou  
63 higienização da bolsa coletora como acento sanitário elevado, ducha higiênica, bancada,  
64 espelho, sabonete líquido, papel higiênico, papel toalha, os banheiros da unidade  
65 encontravam-se em péssimo estado de higiene com muita sujeira e mau cheiro. O presidente  
66 Jocélio em seguida solicita providências em relação ao Relatório e o Ofício Eletrônico do  
67 Ministério Público para elaboração a resposta ser encaminhada ao Ministério Público em  
68 questões do CERs do Município de Duque de Caxias. A Conselheira Madalena Lechuga,  
69 sugeriu que fosse enviado um ofício determinando um data para a resposta e anexado o  
70 relatório, para que o jurídico tenha tempo hábil para responder. O Conselheiro Humberto  
71 Viana argumentou que tiveram tempo suficiente para tomar as providências nem que seja  
72 emergencial, devendo ser informado ao Ministério Público. O Presidente Jocélio de Oliveira  
73 pediu a Conselheira Jussara Braz que ficasse encarregada dessa questão. Outra questão citada  
74 foi a denúncia que o Ministério Público encaminhou ao Conselho relatando a negligência da  
75 Empresa TREL o Presidente pediu que a Assistente Social Geyza Mara, relatasse como havia  
76 sido a visita a Empresa. A Assistente Social, relatou que o Conselho recebeu uma denúncia  
77 referente a uma adolescente de 16 anos, cadeirante que estava tendo dificuldade de ir a escola  
78 pois, ônibus da linha 513 não parou por diversas vezes no ponto de ônibus e quando para o  
79 elevador não está funcionando. A mãe fez denúncia ao Disque 100 e ao Ministério Público



80 encaminhou ao Conselho. A Assistente Social Geyza Mara e o Dr. José fizeram visita a  
81 família prestando esclarecimentos e assistência. Foram a empresa TREL saber do ocorrido,  
82 informaram o número da linha que faz o trajeto, sendo recebidos pela advogada que relatou  
83 que a empresa trabalha com a frota com acessibilidade e os elevadores quando não funcionam  
84 os ônibus voltam para a garagem. As Conselheiras Madalena Lechuga e Elaine Ramos,  
85 perguntaram se haviam indo algum conselheiro? O Presidente Jocélio de Oliveira disse que  
86 não, que a dificuldade de conselheiros é grande, não sendo colocado porque o prazo era muito  
87 curto. A Conselheira Elaine perguntou aos Conselheiros Madalena Lechuga e Humberto  
88 Viana se tinham conhecimentos da denúncia, responderam que não. A Conselheira  
89 supramencionada pontuou que não foi passado para os demais Conselheiros e a justificativa  
90 foi que chegou em cima da hora, acrescentando que a mobilização para atender às vezes é  
91 complicada, mas não podem deixar de informar. E na visita há necessidade de Conselheiro. O  
92 Presidente Jocélio de Oliveira passou a fala para o assessor Jurídico, Dr. José Carlos que  
93 perguntou qual resposta a ser dada e explicou que o Ministério Público que saber há  
94 reclamação contra a TREL no Conselho, se houve, o que fizemos a respeito. A resposta e que  
95 não há reclamações e se não houve, não há o que fazer! A Conselheira Teresa Cristina  
96 exclamou que esse problema e generalizado nas outras empresas, são reclamações que podem  
97 ser constadas como respostas. O Conselheiro Charles de Souza, falou que mesmo o fato, ter  
98 sido encaminhando diretamente para o Conselho, vale apenas entrar em contato com a  
99 Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos, para saber como está sendo feita a  
100 fiscalização dos modais intramunicipais e notificar o próprio Detro, pois a maioria das linhas  
101 do Município de Duque de Caxias são linhas intermunicipais. O Presidente Jocélio perguntou  
102 se são duas propostas. O Conselheiro sugeriu responder ao Ministério Público, que até o  
103 presente momento não teve nenhuma queixa da pessoa com deficiência referente ao transporte  
104 TREL solicitando o confeccionamento de três ofícios um para o Ministério Público dizendo  
105 que não temos queixas, outro para Secretaria Municipal de Transportes e Serviços Públicos e  
106 outro para Detro. A Conselheira Elaine Ramos, sugeriu oficializar também a Secretaria  
107 Municipal de Segurança. O Presidente Jocélio em seguida citou a queixa denúncia contra  
108 Auto Viação Reginas e perguntou quais conselheiros se prontificaram-se em fazer a vista  
109 junto aos Técnico. A conselheira Madalena Lechuga perguntou qual o motivo da queixa. O  
110 Presidente Jocélio respondeu que é um cadeirante que mora na COHAB, estuda na  
111 Universidade Estácio de Sá e que parte dos ônibus circulam sem rampa de acessibilidade  
112 impedindo o seu deslocamento até a faculdade. A Conselheira Elaine Ramos se dispõe até o  
113 final do mês. A conselheira Teresa Cristina sugeriu que fosse postada no grupo de whatsapp a  
114 data prevista a visita para que os conselheiros se prontificassem a ir. O Conselheiro Charles  
115 de Souza sugeriu trabalhar em cima da data da Equipe Técnica. O Presidente Jocélio de  
116 Oliveira comentou que foi encaminhado ofício a Universidade Unigranrio/Afya e a  
117 Universidade Estácio de Sá referente a disponibilidade de espaço, mas não há nada  
118 confirmado. A Conselheira Madalena Lechuga relatou que terão que conversar com a Sra.  
119 Débora Renata pois, o orçamento para a Conferência é de R\$5.000,00 (cinco mil reais). O  
120 Conselheiro Charles de Souza solicitou a notificação em seu trabalho para liberação nos dias  
121 da Conferência. O presidente Jocélio de Oliveira solicitou ao Contador Marco Antonio a  
122 leitura dos Eixos. O conselheiro Charles de Souza sugeriu uma reunião antes da Conferência  
123 para orientação dos conselheiros. A conselheira Madalena Lechuga, explicou que os  
124 Conselheiros na Conferência Municipal são delegados e haverá votação para saber quais  
125 Conselheiros irão para Estadual. O Conade irá informar quantas vagas o estado do Rio de  
126 Janeiro terá para ir à Brasília. Na sequência o Contador Marco Antonio fez a apresentação da  
127 prestação de contas informando que foi entregue o mês de julho no ofício nº 82 no Controle  
128 Interno e nº 83 na Contabilidade. Informando que procurou o Sr. Geraldo que cuida do  
129 orçamento e relatou que os números (dinheiro) que haviam sido passados, não constam mais.



130 Exemplificado: Madalena falou que tinha R\$5.000,00 (cinco mil reais) para ser gasto com a  
131 Conferência, mas agora só consta R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) acrescentado que o  
132 Sr.Geraldo comentou que houve um erro e não sabe o que aconteceu na contabilidade e até  
133 uma emenda parlamentar que constava lá, não estar mais pedindo um prazo para resolver essa  
134 questão do orçamento.O referido pontuou que isso não é dinheiro é orçamento podendo ser  
135 movimentado para outro destino. Não constam R\$5.000,00 (cinco mil reais) é sim R\$1.500,00  
136 (mil e quinhentos reais). E se realmente ficar R\$1.500,00 (mil e quinhentos reais) a  
137 Assistência irá resolver .Tinha uma emenda de trezentos e oitenta mil reais (R\$380.000,00)  
138 que a Câmara de vereadores enviou e esse dinheiro não existi mais. O Conselheiro Charles de  
139 Souza perguntou para onde havia sido enviado, o Contador Marco Antonio, respondeu que foi  
140 para o Conselho e deu ciência ao Presidente Jocélio de Oliveira. O Conselheiro Charles de  
141 Oliveira perguntou se poderia encaminhar uma proposta para que a Comissão do Orçamento  
142 deliberasse e debatesse sobre a situação, pois o artigo 8º da Lei do Conselho fala que temos  
143 participação desse recurso. Podendo se três mil reais (R\$3.000,00) ou mil quinhentos reais  
144 (R\$1.500,00) é dinheiro público e como fiscalizador da pessoa com deficiência saber para  
145 onde foi esse dinheiro, aprovado para pessoa com deficiência do Município e hoje não consta  
146 mais. E de repente solicitar a Câmara Municipal esse documento da Lei Orçamentária que foi  
147 aprovada. O Contador Marco Antonio sugeriu que fosse dado um prazo para analisar o  
148 ocorrido e se realmente sumiu, o Conselho toma as devidas providências. O conselheiro  
149 Charles de Souza falou que estava falando dos trezentos e oitenta mil reais (R\$380.000,00)  
150 sugerindo que seja documentado para ter subsídio a posteriore. O presidente Jocélio de  
151 Oliveira pediu que Contador Marco Antonio trouxesse documentados os valores anteriores ao  
152 sumiço e o apontamento atual. O Conselheiro Charles perguntou se o dinheiro estava na conta  
153 do Fundo. O Contador Marco Antonio respondeu que esse dinheiro é orçamento (previsão  
154 orçamentária).O conselheiro Charles de Souza explicou que a emenda aqui no Município não  
155 é impositiva, se o dinheiro constasse no Fundo do Conselho e não estivesse mais, seria um  
156 aspecto a ser analisado, como está na peça orçamentária é uma peça fictícia, acrescentando o  
157 que pode ser feito é descobrir o Vereador que aprovou a emenda; saber se realmente este  
158 recurso esteve na previsão orçamentária. E sendo aprovada porque não fizeram nada? O  
159 Contador Marco Antonio explicou que o Fundo é diferente, o dinheiro vem para conta  
160 específica do Conselho e gasto conforme decisão do Conselho. A Conselheira Elaine Ramos  
161 propôs o agendamento de reunião da Comissão Orçamentária do Conselho com a Comissão  
162 da Pessoa com Deficiência da Câmara. Em seguida a Conselheira Madalena Lechuga pediu  
163 fala para lembrar que foram feitas alterações no Regimento Interno e ainda não foi aprovado,  
164 sugerindo a marcação de uma Reunião Extraordinária. Houve uma troca de idéia entre os  
165 Conselheiros ficando acordado o enxugamento da pauta da Reunião Ordinária para que possa  
166 se realizada a Reunião Extraordinária, e o Conselheiro que tiver alguma sugestão pertinente a  
167 fazer que seja enviado via e-mail ao Conselho para ser apresentada na plenária. Nada mais a  
168 tratar, o Presidente Jocélio de Oliveira dá por encerrada a reunião, cujos trabalhos  
169 lavraram,Sandra Valéria Quirino da Silva, Secretária Executiva, em conjunto com os demais  
170 presentes na referida reunião. XXX.

171  
172

Jocélio de Oliveira  
Presidente do CMPD/DC  
Sociedade Civil

173  
174  
175  
176  
177



PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

178  
179  
180  
181  
182  
183  
184  
185

*Sandra Valeria Quirino da Silva*  
Sandra Valeria Quirino da Silva  
Secretária Executiva/CMPD  
Mat.42.910-4

PUBLICADO EM BOLETIM OFICIAL  
Nº 349 DE 02/10/2023